



Comissão prevê relatório inicial da Previdência para sexta-feira

Segundo a presidente da CCJ, Simone Tebet, próxima semana será de debates, antes da apresentação do texto de Tasso Jereissati. Agenda do colegiado prevê ainda discussão sobre pacto federativo e reforma tributária

A primeira versão do relatório da PEC da Previdência deve ser apresentada na Comissão de Constituição e Justiça na sexta-feira pelo senador Tasso Jereissati. Os outros dias da próxima semana, de acordo com a presidente do colegiado, Simone Tebet, serão dedicados a debates sobre a proposta. Só na quarta-feira estão previstas quatro sessões temáticas organizadas pela liderança do PT. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é aguardado na CCJ.

A comissão vai conciliar a discussão sobre a Previdência com as propostas do pacto federativo e o início do debate da reforma tributária, já na segunda-feira. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Simone disse em entrevista que a análise do pacto federativo não servirá como moeda de troca para a aprovação da PEC da Previdência

Lei que restringe pesca no Rio Grande do Sul é criticada em audiência

Participantes de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional criticaram lei estadual que proibiu a pesca em uma extensão de 12 milhas da costa gaúcha. Pescadores de Santa Catarina disseram que a medida vai tirar empregos no estado. **2**

Defesa da liberdade de imprensa marca sessão especial em Plenário

Senadores e convidados defenderam ontem, em homenagem à Associação Nacional de Jornais, a liberdade de expressão e de imprensa como essencial à democracia. Eles também falaram sobre desafios atuais da imprensa, como as *fake news* e a desvalorização do jornalismo profissional. **2**

Debatedores dizem que reforma da Previdência vai aumentar desigualdade

Em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos, economistas afirmaram que a reforma da Previdência vai aumentar a desigualdade social e de renda no Brasil porque vai atingir principalmente uma grande massa de pessoas que recebem baixos salários ou aposentadorias. **3**

Semana dos Direitos Humanos nas escolas tem apoio do governo

Representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos manifestaram ontem, em audiência na Comissão de Educação, apoio a um projeto que cria a Semana dos Direitos Humanos nas escolas. O texto foi apresentado no Projeto Jovem Senador, iniciativa do Senado que reúne estudantes do ensino médio para vivenciar a atividade parlamentar. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O jogador Neto, sobrevivente, fala observado por Nelsinho Trad

Comissão avalia como elevar percentual de lixo eletrônico reciclado no país

A Comissão de Meio Ambiente discutiu ontem, em audiência pública, maneiras de elevar a porcentagem de lixo eletrônico reciclado no Brasil, hoje restrita a 2%. O alto custo de coleta, transporte e manufatura reversa e a falta de financiamento para essa indústria foram apontados como os principais entraves. A dificuldade para instalar pontos de coleta nas cidades, em especial nas menores, também foi lembrada. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romário (2º à esq.) preside debate com representantes do governo

Senadores vão se reunir com Bolsonaro para tratar do acidente da Chapecoense

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad, e outros senadores devem se reunir na próxima terça-feira com o presidente Jair Bolsonaro em busca de apoio no caso do acidente com o avião da Chapecoense. Três anos após a tragédia, que matou 71 pessoas, as investigações na Bolívia e na Colômbia são inconclusivas, segundo familiares das vítimas ouvidos ontem em audiência pública. **4**



Jane de Araújo/Agência Senado

Romulo Nagib, da OAB-DF, em debate presidido por Confúcio Moura

Liberdade de imprensa é defendida em homenagem

Em sessão especial para marcar os 40 anos da Associação Nacional de Jornais, senadores e participantes destacaram a função dos jornais em tempos de *fake news* e ataques à democracia

EM SESSÃO ESPECIAL ontem no Plenário, senadores e jornalistas defenderam a liberdade de expressão e de imprensa como essencial à democracia. A sessão, em homenagem aos 40 anos da Associação Nacional de Jornais (ANJ), foi requerida e presidida pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS). Todos os discursos abordaram desafios atuais da imprensa, como as *fake news*, as redes sociais, a desvalorização do jornalismo profissional e as críticas de políticos aos meios de comunicação.

Lasier ressaltou que a ANJ nasceu para defender os interesses legítimos dos veículos de comunicação tradicionais do país e o direito da sociedade de se informar e se expressar com liberdade. Para ele, a internet colocou um desafio para os jornais que, no entanto, continuam sendo lugar privilegiado da liberdade de expressão. Contra as *fake news*, o senador valorizou o trabalho do jornalista profissional.

— É na verdade jornalística que reside a última trincheira



Lasier Martins (C) comanda homenagem à Associação Nacional de Jornais

do cidadão para se defender do arbítrio, do poder econômico e das falsidades vendidas como fatos.

O presidente da ANJ, Marcelo Rech, destacou o surgimento da associação em pleno regime militar como um “bastião da defesa da liberdade de imprensa”. Segundo ele, 40 anos depois, a missão da ANJ continua atual.

— Por outras circunstâncias, distintas das que vigoravam há quatro décadas, assiste-se em escala mundial a um cerco à produção e difusão de informação profissional e à pluralidade de opiniões.

Ele criticou a Medida Provi-

sória 892/2019, que cancelou a publicação de balanços em jornais. Para Rech, o Brasil começa a entrar na lista de países que “usam instrumentos oficiais para retalhar veículos e intimidar a imprensa”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também criticou a MP 892/2019 e disse que é necessário defender a imprensa livre. O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que está ao lado da associação na defesa da liberdade de imprensa. Para Jorge Kajuru (Patriota-GO), o jornalismo precisa se fortalecer em tempos de falta de clareza e de privacidade.

Zenaide alerta para redução de vacinas para animais

Zenaide Maia (Pros-RN) divulgou ontem, em Plenário, a Nota Informativa 51, de 2019, do Ministério da Saúde, informando sobre a redução do número de doses de vacina para animais no país. Segundo a senadora, a redução no Rio Grande do Norte foi de 800 mil para 500 mil doses este ano. Zenaide informou que o ministério alerta à população sobre a necessidade de estar atenta para os sinais clínicos de doenças nos animais domésticos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário elogia redução de IPI sobre videogame

Telmário Mota (Pros-RR) parabenizou o presidente Jair Bolsonaro pela edição do Decreto 9.971, que reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre consoles e máquinas de videogame. O senador lembrou que apresentou a PEC 51/2017, já aprovada na CCJ e pronta para análise do Plenário, para reduzir a incidência do tributo a 9% e tornar a produção desses equipamentos no Brasil imune a carga tributária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru quer menos imposto sobre cesta básica

Jorge Kajuru (Patriota-GO) apresentou ontem, em Plenário, proposta de emenda à Constituição para retirar os impostos cobrados sobre produtos que compõem a cesta básica nacional. Para Kajuru, é injustificável que as famílias menos favorecidas suportem a elevada carga de tributos.

— Segundo o IBGE, as famílias de baixa renda têm mais de 93% de seus rendimentos comprometidos com despesas de consumo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Setor pesqueiro critica restrição da atividade no Rio Grande do Sul

Representantes de pescadores, da indústria de beneficiamento de peixes e de municípios de Santa Catarina protestaram na quarta-feira contra lei do Rio Grande do Sul que proibiu a pesca em 12 milhas da zona costeira. Em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), os debatedores alertaram para a possibilidade de inviabilização do setor pesqueiro catarinense em razão da limitação imposta pela Lei 15.223, de 2018, do estado vizinho.

O diretor de Pesca e Aquicultura de Itajaí (SC), Rodrigo Silveira, disse que a proibição de pesca industrial nas 12 milhas da costa gaúcha pode causar o desemprego de milhares de pessoas.

— O setor pesqueiro gera emprego para quase 25 mil



Pedro Franco/Agência Senado

Dário Berger presidiu a audiência sobre proibição de pesca

pessoas, somente embarcadas. A maioria é catarinense, mas há muitos gaúchos também.

Dário Berger (MDB-SC), que pediu a audiência, confirmou a importância do setor para o estado. Jorginho Mello (PL-SC) informou que seu partido protocolou no STF uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei.

Colegiado debate hoje mobilidade e acessibilidade nos municípios

A Subcomissão Temporária Sobre Mobilidade Urbana promove hoje debate sobre a mobilidade e a acessibilidade nos municípios brasileiros. A subcomissão está ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Sugerida pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a audiên-

cia deve avaliar o sistema de tarifação e financiamento do transporte urbano coletivo e o impacto do alto custo do transporte urbano na renda domiciliar.

Participarão do debate representantes de prefeituras e do Ministério do Desenvolvimento Regional, entre outros.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 16h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SESSÃO ESPECIAL Corretores de imóveis

10h Comemoração do Dia dos Corretores de Imóveis.

PESSOA IDOSA Educação e cultura

14h Audiência em Palmas para debater educação e cultura para a pessoa idosa.

MOBILIDADE URBANA Impactos do custo do transporte de passageiros

14h Audiência pública para avaliar impacto do alto custo do transporte urbano de passageiros na renda domiciliar, bem como o sistema de tarifação e financiamento do transporte urbano.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Simone prevê que primeiro relatório da PEC da Previdência sairá na sexta

De acordo com a presidente da CCJ, a apresentação do texto do senador Tasso Jereissati será precedida de debates durante toda a semana

O RELATOR DA reforma da Previdência, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve entregar a primeira versão do relatório sobre a PEC 6/2019 já na próxima sexta-feira, logo depois da primeira semana de debates na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), disse ontem que os prazos da tramitação da reforma estão mantidos e que estão previstas audiências públicas de terça a quinta-feira. A quarta-feira deve ser o dia mais extenso dos debates, quando estão previstas quatro sessões temáticas organizadas pela liderança do PT.

Cada sessão será presidida pelo autor do requerimento e contará com as presenças de Simone e de Tasso. Todas as mesas serão formadas por pelo menos oito autoridades. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também é aguardado.

— Será uma semana de trabalho exaustivo, mas extremamente produtivo.

Apesar da previsão de entrega do relatório preliminar para a sexta-feira, Simone esclareceu que nada impede



Para Simone, a semana será exaustiva, mas extremamente produtiva

novas mudanças no texto até o dia de sua leitura na comissão, marcado para 28 de agosto.

— O Regimento [Interno do Senado Federal] permite que qualquer parlamentar da comissão possa apresentar emendas e sugestões, que precisam ser analisadas pelo relator a qualquer momento, na segunda, terça ou quarta.

Simone acredita que a análise do texto no Senado será encaminhada de forma tranquila. Ela atribui a opinião ao fato de a Casa ter criado uma comissão especial que acompanhou a tramitação do texto na Câmara, o que possibilitou aos senadores já conhecerem

bem o assunto.

— Na medida em que alguns excessos que nós condenávamos já foram resolvidos, como BPC, trabalhador rural, e mesmo contemplados de forma diferenciada, a mulher e o professor, sem dúvida, o trabalho fica mais fácil.

A senadora ponderou, no entanto, que algumas carreiras de Estado, como as de policiais e do Ministério Público, deverão fazer pressão, por não terem sido incluídas no texto enviado pela Câmara. Representantes dessas categorias devem participar de debate na terça.

— Deverão vir da magistra-

tura, Ministério Público, da Receita [Federal], querendo tratamento diferenciado. Paralelo a isso, a pergunta é como fazer com estados e municípios. E a dúvida maior é: como fazer isso, no texto principal ou na PEC paralela?

Pacto federativo

A CCJ vai conciliar o debate sobre a Previdência e o pacto federativo. Simone explicou que a comissão terá espaço de uma semana para avaliar as medidas de auxílio aos estados, logo depois que a reforma for lida.

De acordo com a senadora, a análise das propostas não servirá como “moeda de troca” para aprovação da reforma da Previdência.

— Se esses projetos chegarem, nada impede que designemos relator no mesmo dia e, em uma semana, tenhamos relatório pronto para ser aprovado.

Paralelamente à PEC da Previdência e ao pacto federativo, a CCJ vai começar a debater a reforma tributária já na segunda-feira com uma audiência presidida pelo relator, Roberto Rocha (PSDB-MA).

Girão critica Câmara por projeto sobre abuso de autoridade

Eduardo Girão (Podemos-CE) criticou em Plenário o modo como a Câmara aprovou — em regime de urgência e votação simbólica — o PLS 85/2017, que define os crimes de abuso de autoridade. O senador afirmou que, como cidadão, gostaria de saber que deputados votaram a favor e contra.

— Como cidadão, me senti vilipendiado com aquele retrocesso no combate à corrupção, visto que nós tínhamos votado aqui as Dez Medidas contra a Corrupção e a Lei de Abuso de Autoridade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Marcos do Val, texto aprovado é como lei da mordaza

Marcos do Val (Podemos-ES) disse em Plenário que o projeto que define os crimes de abuso de autoridade é uma “lei da mordaza”. Para ele, as novas regras vão limitar a atuação de juizes, promotores e policiais.

— Quando passou aqui no Senado, eu votei contra, porque essas instituições já têm as suas corregedorias, já têm as suas estruturas para punir eventuais ações que não condizem com a profissão e envergonham outros parceiros. Mas tornar isso numa lei da mordaza realmente foi um retrocesso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim defende ajustes no texto da reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem em Plenário análise sobre a reforma da Previdência feita pela Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia. O documento, disse o senador, afirma que a PEC 6/2019 é injusta porque a maior parte da economia de gastos será arcada pelos trabalhadores e funcionários públicos com salários baixos.

— Ademais, a exigência de 40 anos de contribuição para a chamada aposentadoria integral não é compatível com o mercado de trabalho do nosso país — afirmou Paim.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reforma vai aumentar desigualdade no país, aponta debate

A reforma da Previdência vai aumentar a desigualdade social e de renda no Brasil ao atingir principalmente uma grande massa de pessoas que recebem baixos salários ou aposentadorias. Essa e outras críticas à reforma foram feitas ontem por debatedores que participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Autor do livro *Previdência: o debate desonesto*, o economis-

ta Eduardo Fagnani disse que o Brasil já é considerado o país mais desigual do planeta, com enorme concentração de renda. Para ele, a reforma é apenas mais um passo no desmonte do Estado social pactuado na Constituição de 1988.

— Estamos destruindo a seguridade social, que é o principal mecanismo de transferência de renda do Brasil, de diminuição da desigualdade. Estamos destruindo esses

mecanismos de proteção social, como o BPC. Estão reformando o modelo de sociedade que foi pactuado em 1988 — afirmou.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, disse que a reforma “não ataca privilégios” como alega o governo, mas atinge de maneira dura quem recebe salários ou benefícios entre R\$ 1.300

e R\$ 1.800.

Já o representante da Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (Abed), Clovis Scherer, disse que a reforma vai concentrar ainda mais a renda no país, pois atingirá a renda dos trabalhadores que ganham pouco.

A reunião foi conduzida pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Randalfe Rodrigues (Rede-AP) também participou do debate.

Planos de saúde justificam reajuste por aumento do número de idosos

O superintendente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), Sandro Leal Alves, disse ontem na Comissão de Transparência e Defesa do Consumidor (CTFC) que nos últimos 18 anos o número de beneficiários idosos dos planos de saúde dobrou e o número de segurados com mais de 80 anos triplicou, o que justificaria os preços praticados no setor atualmente.

O presidente do colegiado, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), teve a iniciativa do debate sobre reajuste dos planos de saúde. Para ele, 80% das pessoas não têm aumento



Presidente do colegiado, Rodrigo Cunha ouve Carlos Octávio Ocké-Reis

salarial na mesma proporção.

Ao justificar os reajustes, o diretor-adjunto de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Mauricio Nunes da Silva, disse que é preciso olhar para os custos do setor, o aumento no nú-

mero de procedimentos e as novas tecnologias. Para ele, não é possível definir reajuste de planos com base no índice que mede a inflação, o IPCA.

— É um equívoco, porque o IPCA é um índice de preços, ele mede variação de determinado produto que compõe

determinada cesta. Então, na cesta do IPCA tenho transporte, moradia, escola, e o que ele mede ali é uma variação de preço comparando o momento A com o momento B.

Ipea

Já o economista do Ipea Carlos Octávio Ocké-Reis afirmou que a inflação do setor de saúde é menor do que os reajustes praticados pelos planos. Nota técnica emitida este ano pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea apontou que a taxa utilizada para reajuste dos planos foi superior à taxa de inflação da economia.

Caso Chapecoense: famílias pedem justiça

Quase três anos após tragédia, investigações na Colômbia e na Bolívia são inconclusivas, alegaram representantes dos familiares. Senadores vão levar a questão a Bolsonaro

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), deverá ser recebido na terça-feira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para tratar da batalha por justiça da Associação das Famílias das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C). Também deverão participar Jorge Kajuru (Patriota-GO), Leila Barros (PSB-GO) e Romário (Podemos-RJ), além da presidente e da vice da Afav-C, Fabienne Belle e Mara Paiva.

A iniciativa para levar a pauta ao presidente partiu de Kajuru, que seria recebido ontem por Bolsonaro. Ele mesmo decidiu solicitar à assessoria presidencial o adiamento da reunião para terça-feira, uma vez que Leila e Romário não poderiam participar. O comunicado foi feito durante debate na CRE sobre as lutas judiciais da Afav-C envolvendo a queda do voo

que levava a Chapecoense para a final da Copa Sul-Americana em novembro de 2016, na Colômbia, que matou 71 pessoas.

— Precisamos envolver o governo e tratarmos desse tema diretamente com o presidente. A última esperança das 67 famílias que perderam seus entes queridos é o governo brasileiro — afirmou Romário.

Impunidade

As famílias reclamam que, passados quase 3 anos da tragédia, as investigações na Colômbia e na Bolívia ainda são inconclusivas, fazendo com que nenhuma indenização seja paga na prática. O caso envolve autoridades de aviação da Bolívia, pois o voo partiu de Santa Cruz de la Sierra operado pela Lamia, empresa daquele país. Também participou da audiência, por vídeoconferência, o empresário venezuelano

Ricardo Albacete, que era o proprietário do avião alugado pela Lamia. Ele vem colaborando com a Afav-C e forneceu às famílias farta documentação tratando do envolvimento das seguradoras no caso.

— Abro mão da cláusula da confidencialidade contratual no momento que vocês quiserem. A AON (empresa seguradora inglesa) mente quando alega que o seguro não estava vigente. A lei boliviana é muito

clara, uma aeronave só voa se estiver segurada.

O advogado inglês Alex Stovold representou o escritório Clyde & Co, que já fechou acordos com 23 das famílias das vítimas, pagando US\$ 225 mil dólares para cada uma em condição de auxílio. Em troca, as famílias abrem mão de ações contra seguradoras e autoridades regulatórias.

O jogador Neto, um dos 6 sobreviventes, participou da

audiência. Ele chorou muito ao lembrar do pânico que tomou conta da delegação quando percebeu que o avião havia entrado em colapso.

— Perdi muitos amigos queridos, que me fizeram melhorar enquanto jogador e ser humano. O que dói tanto quanto a tragédia é a impunidade. Que o Brasil não seja de novo o país da impunidade, não aguento mais ver nosso país assim — afirmou.



Um dos 6 sobreviventes, Neto (2º à esq.) fala observado pelo presidente do colegiado, Nelsinho Trad (3º à esq.)

Especialistas pedem reciclagem de lixo eletrônico

O Brasil tem hoje 420 milhões de dispositivos digitais como smartphones, tablets e notebooks que vão virar lixo eletrônico. Mas apesar de haver uma legislação de resíduos sólidos determinando a logística reversa, desde 2013, apenas 2% do resíduo eletrônico é reciclado no país.

Os números foram apresentados pelo presidente da Comissão de Direito Ambiental e Sustentabilidade da OAB-DF, Romulo Nagib, em audiência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) pedida por Confúcio Moura (MDB-RO).

Foram apresentadas razões para essa baixa performance, uma combinação de fatores como dificuldades de transporte e o custo da coleta e da manufatura reversa, que hoje não tem nenhum tipo

de financiamento para a indústria. Há dificuldades para a instalação de pontos de coleta nas cidades, em especial nas menores, falta de integração das empresas responsáveis pela reciclagem com a atividade dos catadores e, principalmente, falta de cultura do brasileiro para dar a destinação correta ao lixo.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) sugeriu que se pense em um sistema de recompensa que estimule o brasileiro a participar da cadeia da logística reversa, descartando seu produto no lugar correto.

Eduardo Girão (Podemos-CE) lembrou de um projeto no Ceará que poderia ser replicado: o lixo eletrônico descartado nos postos de coleta gera créditos na conta de energia elétrica.

Segundo o gestor de sustentabilidade Luis Carlos Machado, da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, a indústria da chamada linha branca vem pleiteando junto ao poder público facilidades para conseguir implantar mais rapidamente o esquema de logística reversa, como a simplificação fiscal para transporte dos componentes entre estados e a dispensa de algumas licenças ambientais para abrir pontos de coleta.

O presidente da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, Roberto Rocha, defendeu que a colaboração dos cerca de um milhão de catadores e das cooperativas seja lembrada na efetivação da logística reversa.

Debatedores querem investimento no esporte

O Plano Nacional de Esporte foi tema de audiência quarta-feira na Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base. Os participantes cobraram mais investimento nas categorias de base.

O secretário especial-adjunto do Esporte do Ministério da Cidadania, Marco Aurélio Araújo, disse que os recursos mais volumosos de apoio ao esporte são voltados às camadas mais pobres, mas o apoio aos níveis de base poderia ser aumentado com os recursos da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438, de 2006).

O diretor de Projetos da Se-

cretaria Especial do Esporte, Celso Perlucio Silva, concordou que os municípios desconhecem como fazer projetos voltados ao esporte. Para ele, é preciso vencer resistências dos financiadores.

Na abertura da audiência, a presidente da subcomissão, Leila Barros (PSB-DF), afirmou que o recorde de medalhas do Brasil no Pan-Americano de Lima resulta das políticas públicas de apoio ao esporte.

Leila se disse preocupada com os efeitos do contingenciamento de recursos no setor sobre os próximos ciclos de formação de atletas.

O secretário também se



Presidente da comissão, Leila saudou performance do país no Pan

referiu aos resultados nos jogos na capital peruana ao defender o investimento em atletas de alto rendimento, que, de acordo com ele, são “exemplos de pessoas em todos os aspectos”.

Governo apoia Semana dos Direitos Humanos nas escolas

Em audiência ontem na Comissão de Educação (CE), representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos manifestaram apoio a um projeto que cria a Semana dos Direitos Humanos nas escolas.

Relatado por Romário (Podemos-RJ), o PLS 401/2015 nasceu do Jovem Senador, iniciativa do Senado que reúne anualmente estudantes do ensino médio vencedores de um concurso de redação para vivenciar por uma semana a experiência de atuar como parlamentar. Pelo

projeto, a semana do dia 5 de outubro, data de promulgação da Constituição, será a escolhida.

A proposta prevê que cada escola promova atividades culturais para estimular a comunidade a se engajar na temática dos direitos humanos.

Pelo Ministério da Educação, Maria Luciana Nóbrega destacou que direitos humanos são um dos temas transversais da Base Nacional Comum Curricular. Para ela, o projeto ajuda a sistematizar ações que acontecem de forma pulverizada nas escolas.

Humberto Costa diz que Lava Jato é caso de corrupção

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem que a Operação Lava Jato é o maior escândalo jurídico brasileiro e um dos maiores do mundo.

Na opinião do senador, a operação se tornou o maior caso de corrupção da história do direito, em que o representante do Judiciário e o da acusação, representada pelo Ministério Público, selaram um “casamento promíscuo e criminoso”, criando um poder supraestatal para trucidar o devido processo legal e promover a célere execução de desfeitos políticos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Styvenson alerta para índices de violência no RN

Styvenson Valentim (Podemos-RN) condenou ontem o desmantelamento da segurança, especialmente no Rio Grande do Norte. Ele lembrou que entre 2006 e 2017 houve um aumento de 320% nas mortes de pessoas de 15 a 29 anos.

— Os números, para quem não convive com essa violência, mostram o quanto é necessária uma intervenção urgente do poder público. Para quem convive com isso todos os dias, como é o meu caso como policial, já passou da hora de algumas coisas serem feitas.



Jefferson Rudy/Agência Senado